



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

BRUNO DA SILVA SUHETT

Título:

ORÇAMENTO PÚBLICO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB:
Reflexos da Adoção do Regime de Ensino Não-Presencial

Brasília - DF

2022

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor José Márcio Carvalho
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

BRUNO DA SILVA SUHETT

ORÇAMENTO PÚBLICO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB:
Reflexos da Adoção do Regime de Ensino Não-Presencial

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade para tomada de Decisão

Área: Contabilidade Pública

Orientador: Prof. Dr. Edmilson Soares Campos

Brasília - DF

2022

Suhett, Bruno da Silva

ORÇAMENTO PÚBLICO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: Reflexos da adoção do Regime Não-presencial / Bruno da Silva Suhett – Brasília, 2022. 32 f.

Orientador: Prof. Dr. Edmilson Soares Campos

Trabalho de Conclusão de curso (Bacharelado) – Universidade de Brasília.

1. Contabilidade Pública. 2. Pandemia. 3. Ensino não-presencial. 4. Universidade de Brasília. 5. Orçamento Público. II. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília (CCA/FACE/UnB). III. Título.

CDD –

BRUNO DA SILVA SUHETT

ORÇAMENTO PÚBLICO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB:
Reflexos da Adoção do Regime de Ensino Não-Presencial

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Prof. Dr. Edmilson Soares Campos

Aprovado em 17 de agosto de 2022.

Prof. Dr. Edmilson Soares Campos
Orientador

Prof. Dr. Helder Kiyoshi Kashiwakura
Professor - Examinador

Brasília - DF, de 25 de agosto de 2022.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém pensou sobre aquilo que todo mundo vê”

Arthur Schopenhauer

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por mais essa vitória, pela saúde e força que foram fundamentais para vencer todos os obstáculos e chegar até aqui.

A todo o corpo docente do Departamento de Ciências Contábeis da UnB, em especial, ao Prof. Dr. Edmilson Soares Campos, no qual agradeço pela orientação e atenção que a mim foi dispensada, disponibilizando parte do seu precioso tempo para contribuir com o bom andamento deste trabalho.

A Renata Sotto Maior Suhett, minha esposa, e a Bruna e Maria Eduarda, minhas filhas pelo carinho, compreensão durante essa longa jornada e incentivo durante a realização deste curso.

Aos meus pais que sempre me incentivaram nos estudos, agradeço imensamente por todo apoio, amor e confiança.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de mostrar o impacto orçamentário na Universidade de Brasília – UnB, durante a Pandemia da COVID-19, sobretudo com a adoção do regime de ensino não-presencial. O estudo teve como objetivo evidenciar o comportamento dos gastos da UnB com relação ao citado evento. Para tanto, procurou-se destacar as variações de receitas e despesas orçamentárias executadas pela UnB, no período delimitado de 2017 a 2021, confrontando-as com o quantitativo de alunos matriculados, considerado à análise da possível economicidade do ensino remoto, do ponto de vista orçamentário, e, se a UnB foi prejudicada com os cortes orçamentários do Governo Federal na Pasta da Educação para fazer frente ao combate a situação pandêmica que afetou o país. Trata-se de uma pesquisa documental e descritiva, além de ser um estudo de caso restrito à análise de dados pré-existentes. Quanto à coleta de informações foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de dados orçamentários e financeiros, que foram extraídos dos sistemas Siga Brasil e Tesouro Gerencial. A análise dos dados foi feita por meio de abordagem qualitativa, valendo-se de números índice para comparações que proporcionaram conclusões que podem ser importantes para tomada de decisão dos gestores públicos.

Palavras-chaves: Pandemia. Ensino não-presencial, Orçamento, Contabilidade Pública, Universidade de Brasília.

ABSTRACT

The present work aims to show the budgetary impact at the University of Brasília - UnB, during the COVID-19 Pandemic, especially with the adoption of the non-face-to-face teaching regime. The study aimed to highlight the behavior of UnB's expenditures in relation to the aforementioned event. To this end, we sought to highlight the variations in budget revenues and expenses performed by UnB, in the delimited period of the research, comparing them with the number of enrolled students, considering the analysis of the possible economics of remote teaching, from the point of view budget, and if UnB was harmed by the Federal Government's budget cuts in the Education Department to face the fight against the pandemic situation that affected the country. This is a documental and descriptive research, restricted to the analysis of pre-existing data. As for data collection, a bibliographic and documental research was carried out, with budgetary and financial data taken from Siga Brasil and Tesouro Gerencial. Data analysis was performed through qualitative approaches, using index numbers for comparisons that provided conclusions that may be important for decision-making by public managers.

Keywords: Pandemic. Non-contact teaching, Public Budget, Public Accounting, University of Brasilia.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 - Lei Orçamentária Anual – Dotações da UnB.....	Pág. 21
Gráfico 2 – Quantitativos das Fases da despesa pública da UG 154040 - Fundação UnB...	Pág. 22
Gráfico 3 – Número de alunos matriculados na UnB.....	Pág.24
Tabela 1 – Despesas da UG 154040 Fundação – UnB.....	Pág.23
Tabela 2 – Despesas da UG 154040 Fundação UnB (corrigida pelo IPCA)	Pág.23
Tabela 3 – Despesas executadas x Alunos da UnB matriculados.....	Pág.24
Tabela 4 – Gastos por Natureza de despesa (ND) das Unidades Gestoras da UnB.....	Pág.26
Tabela 5 – Gastos por Natureza da Despesa (ND) das Unidades Gestoras da UnB – II.....	Pág.27

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	Pág.12
2.REFERENCIAL TEÓRICO.....	Pág.14
3.METODOLOGIA.....	Pág.18
4. ANÁLISE DE RESULTADOS.....	Pág.20
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	Pág.27
REFERÊNCIAS.....	Pág.30

ORÇAMENTO PÚBLICO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB:
Reflexos da Adoção do Regime de Ensino Não-Presencial

1. INTRODUÇÃO

No final de 2019, surge na China uma doença decorrente do vírus SARS-CoV-2, o Covid-19, cujo efeito transformou-se em uma pandemia em escala mundial. Em março de 2020, confirmou-se a primeira contaminação no Brasil, na cidade de São Paulo e, em alguns meses, o Brasil tornou-se um dos países mais afetados pelo vírus no mundo, conforme noticiado na imprensa mundial.

Sendo assim, no primeiro semestre de 2020, por conta dos fatos descritos, a Universidade de Brasília - UnB ficou com suas atividades de ensino paralisadas, tendo retornado, somente, no 2º semestre daquele ano, por meio da adoção de um regime de ensino não-presencial em todos os seus cursos.

A Universidade retomou o regime de ensino presencial, no início do corrente ano, com alguns poucos cursos, principalmente, relacionados a atividades laboratoriais, e no semestre atual, denominado 2022/1, reestabeleceu totalmente a presença do corpo docente e discente da UnB.

Decorrente dos fatos supracitados, a UnB passou a experimentar um regime de ensino, que já existia, contudo cresceu de maneira exponencial durante a pandemia, apoiado em serviços de tecnologia da informação (TI) e que gerou reflexos no seu orçamento público, tanto pelos efeitos na despesa, quanto na receita, pois houve corte no orçamento do Ministério da Educação, desde 2020, nas leis orçamentárias anuais (LOA).

Sendo assim, surge a necessidade imperiosa de se investigar e analisar o impacto no orçamento público da Universidade, para se entender os reflexos, sejam eles positivos ou negativos, pois o retorno às atividades presenciais, na totalidade dos cursos, poderia estar prejudicado.

Face ao exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: **quais os reflexos gerados pela adoção do regime de ensino não-presencial no orçamento público da UnB, sobretudo, em relação ao período presencial anterior a Pandemia?** Visto que para fazer frente as ações de combate ao vírus da COVID-19, e dar continuidade as atividades de ensino, aderiu-se ao citado regime.

Cabe salientar, que o regime de ensino não-presencial provoca mudanças na estrutura de gastos, abrindo discussões sobre a adoção do ensino remoto como opção pedagógica em muitos casos e, ainda, concomitantemente a este fato o Ministério da Educação

sofreu reduções orçamentárias em decorrência de cortes do Governo Federal, portanto a Universidade de Brasília pode ter sido afetada.

Tendo em vista a problemática relatada anteriormente, o presente artigo tem como objetivo geral analisar os efeitos das alterações orçamentárias na UnB, com a adoção do ensino remoto durante a Pandemia, sobretudo nos anos de 2020 e 2021, sejam eles positivos ou negativos para as atividades da Universidade.

Uma vez que é previsível que haja óbices com a retomada total do regime presencial, atualmente, por questões afetas a possíveis impactos negativos no orçamento e, caso isso seja confirmado, é necessário investigar se o regime não-presencial é solução administrativa relevante para reduzir os custos da Universidade.

Para atingirmos o objetivo geral é necessário responder a alguns questionamentos, a fim de detalhar este estudo, por meio de **3 (três) objetivos específicos**, que serão fundamentais para compreender o tema em foco, conforme se segue:

- ✓ Avaliar, do ponto de vista orçamentário, a capacidade de retorno do regime presencial com todo o corpo discente e docente;
- ✓ Verificar o impacto do regime de ensino não-presencial no custo da Universidade, tendo como referência as despesas geradas pelos alunos matriculados, antes e durante a Pandemia; e
- ✓ Analisar os fatores positivos e negativos gerados por ambos os regimes de ensino, para o funcionamento da Universidade, também, do ponto de vista do orçamento público da UnB.

O presente artigo tem um caráter qualitativo, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, além de ser um estudo de caso que pesquisa a tendência qualitativa dos custos gerados pelo aluno por meio de cálculos comparativos e percentuais, a partir do orçamento público da UnB, procurando evidenciar os objetivos e questionamentos necessários para compreender os reflexos do problema apresentado.

Este trabalho mostra-se relevante pelo seu ineditismo e apresenta uma análise significativa e atual, acerca de impacto no orçamento público, num contexto pandêmico. Deste modo, poderá ajudar a mudar a maneira de pensar o custeio universitário, além de dar subsídios a gestores públicos, contadores públicos e estudantes do tema.

A pesquisa encontra-se estruturada em 6 (seis) partes, sendo a primeira esta introdução, onde foi apresentada uma breve contextualização sobre o tema. Em seguida o

referencial teórico com as principais teorias e legislações que embasaram a pesquisa, posteriormente tem-se a metodologia que foi empregada para análise dos dados necessários e apresentados no item posterior, análise e resultados, a fim de fazermos inferências sobre a pesquisa, e, por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No final de 2019 a imprensa na Europa havia noticiado centenas de casos de COVID-19, sobretudo na Itália, e, em 2020, o Brasil tornou-se um dos países mais afetados pelo coronavírus no mundo, segundo o JORNAL BBC News Brasil (2020). A pandemia se estendeu por todo país afetando diretamente a educação como consequência de medidas rigorosas de isolamento social para tentar evitar o que culminaria em mais de 680 mil mortos no país.

Em consequência disso, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 18 de março de 2020, o pedido de reconhecimento de calamidade pública enviado pelo Governo Federal diante da pandemia da COVID-19. A proposta legislativa aprovada, também pelo Senado Federal, permitiu ao Poder Executivo que gastasse mais do que o previsto no orçamento e extrapolasse às metas fiscais para custear ações de combate à pandemia, conforme publicou a Agência Câmara de Notícias (2020), inclusive o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 106, de 2020, que instituiu o chamado de Orçamento de Guerra, que facilitou os gastos com o combate à Pandemia, pois os separa dos demais gastos do Governo Federal.

É importante destacar que a Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, (BRASIL, 1964) trata sobre créditos adicionais, definidos no seu Art. 40, como sendo autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Esses créditos são classificados como créditos suplementares, especiais ou extraordinários. Segundo PASCUTTI (2021) o ano de 2020 foi o que mais editou Medidas Provisórias para a abertura de créditos extraordinários, nos últimos 10 anos, visando atender aos pressupostos de calamidade pública gerados pela Pandemia.

Apesar dessa autorização legislativa foi necessário que o Governo Federal fizesse cortes no orçamento dos ministérios afetando, desta forma, a Educação de um modo geral. Então, como consequência de medidas sanitárias e ajustes orçamentários, no 1º semestre de 2020, as aulas presenciais foram interrompidas e, sendo assim, o Ministério

da Educação (MEC) expediu normas sobre o ensino, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que autorizaram a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de adesão às atividades não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia, regulamentando ações oriundas da Lei 14.040, de 18 de agosto de 2020, (BRASIL, 2020).

Desta forma, a UnB passou a adotar o ensino remoto e depois expediu a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 117/2020, que só foi publicada em 29 de dezembro de 2020, conforme DAC/UnB (2020). Esta norma tratou sobre o planejamento e a execução de atividades de ensino-aprendizagem e de extensão nos cursos de graduação e de pós-graduação, regulando sobretudo o ensino não-presencial.

A União, os estados e municípios implantaram esse regime de ensino, que combina aulas síncronas e assíncronas, através da Internet e com uso de ferramentas digitais. Essas mudanças pegaram os gestores, os professores e os acadêmicos de surpresa, afetando a qualidade do ensino e ao mesmo tempo mexendo na estrutura de gastos da Universidade.

E para entendermos essas alterações na estrutura de gastos é necessário compreender como funciona o sistema de planejamento e orçamento público adotado pela União, pelos estados e municípios, e que tendo sido desenvolvido, ao longo dos anos, com base na Constituição Federal do Brasil (CF/88) e nas leis recepcionadas por ela.

O ordenamento jurídico brasileiro apresenta três instrumentos que regem o ciclo orçamentário: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Neste ciclo, a LOA tem a função de alocar recursos públicos necessários aos órgãos e entidades da administração direta e indireta para atender às ações prioritárias apontadas na LDO e, em consonância com os programas, projetos e atividades planejados no PPA em vigor. Cabe destacar que, em consequência da pandemia, o orçamento destinado ao MEC tem sofrido redução, desde 2020:

“A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, sancionada por Jair Bolsonaro, em 18 de janeiro, **reduziu o orçamento do Ministério da Educação em R\$ 19,8 bilhões**, em comparação com 2019. No ano passado, o orçamento do ministério da Educação foi de R\$ 122,9 bilhões, passando em 2020 para 103,1 bilhões, o que significa um corte de 16,3%” (ADUFC-SINDICATO, 2020). Grifo nosso.

Sendo assim, a Universidade de Brasília que é uma Fundação Pública, recebe recursos da LOA e segundo o seu Relatório de Gestão de 2020, disponível no portal do Decanato de Planejamento Orçamento e Avaliação Institucional (DPO/UnB), recebe tais recursos públicos do MEC, por meio de suas unidades orçamentárias: UO 26271 – Fundação Universidade de Brasília, que é a principal, na qual recebe mais volume de recursos, e a UO 93248 – Recursos sob supervisão da Universidade de Brasília, que começou a ser operacionalizada a partir de 2020, que é ligada ao órgão Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III, do Art. 167 da CFB/88.

Estas unidades desempenham o papel de coordenadoras da proposta orçamentária em articulação com suas unidades administrativas, conforme previsto no Art.14, da Lei 4.320/64 (BRASIL, 1964).

E para executar o orçamento recebido das citadas unidades orçamentárias existem 05 (cinco) unidades gestoras executoras (UG) na Universidade de Brasília: a 154040 - Fundação UnB, a 154078 - Editora UnB, a 154079 - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe), a 154106 - Hospital Universitário de Brasília (HUB) e a 154019 - Centro de Apoio ao Desenvolvimento (CDT), que podem receber recursos de ambas UOs, as quais são diretamente vinculadas.

A UG 154040 é a unidade administrativa que está ligada diretamente ao custeio de despesas com os alunos matriculados nos semestres letivos da Universidade, sendo responsável por gerir o orçamento de pessoal, de investimentos e de custeio em favor do corpo docente e discente, portanto, esta é a UG mais importante para nossa pesquisa.

Dentro do orçamento público a despesa será um importante componente para análise de impactos do ensino remoto na UnB, sendo assim, para atingirmos o presente objetivo de fornecer informações úteis aos usuários sobre o tema em tela, se torna imperioso compreender como se processa a execução da despesa pública no país.

E quando se fala em cortes orçamentários na pasta da Educação e adoção de ensino remoto há uma sensação de redução de receita e de corte de despesas, porém é preciso investigar se houve impacto significativo no orçamento ou não e, ainda, se o ensino à distância reduz os custos de maneira relevante no caso concreto da UnB, a fim de orientar os gestores e cidadãos interessados no tema.

Para executar as despesas necessárias ao custeio dos cursos na Universidade a unidade Gestora UnB recebe as receitas por meio de dotação orçamentária em favor das

UOs e, posteriormente, executa os gastos públicos por meio de empenhos da despesa, conforme o que prescreve o Art.58, da Lei 4.320/64 (BRASIL, 1964).

Ressalta-se, que na fase do empenho inicia uma obrigação para o Estado, ou seja, é o começo da contratação. A conclusão desse processo, ocorre, somente, após a liquidação regular da despesa e o seu posterior pagamento.

Cabe salientar, que a lei supracitada determina que as despesas públicas sejam classificadas por sua natureza, chamados de Grupos de Natureza da Despesa (GND). Os principais grupos de despesas são: GND - 1 gastos com pessoal, GND - 3 despesas correntes (custeio) e GND - 4 investimentos. Os citados grupos de classificações serão importantes para a análise posterior relativa ao tema em estudo.

É importante compreender que o regime de ensino não presencial poderá afetar mais diretamente as despesas correntes como energia elétrica, consumo de água, gastos com eventos, diárias e passagens, materiais de expediente e processamento de dados, entre outras, ou seja, despesas intimamente ligadas com o custo da presença do aluno no campus. Essas despesas estão abarcadas na GND 3, porém pode haver afetação, ainda, nos demais grupos e, desse modo, precisam ser analisados.

Para compreender os dados relativos a despesa pública que serão coletados nos diversos sistemas do Governo Federal, a fim de embasar o estudo em curso, é necessário saber alguns conceitos que obedecem ao ciclo orçamentário da despesa pública.

A dotação inicial, por exemplo, é quanto de crédito orçamentário a LOA aprovada aloca para determinada unidade orçamentária, ou seja, o quantitativo que ela terá disponível para empenhar e, então, custear suas necessidades. Durante o exercício financeiro essa dotação pode sofrer atualizações passando a denominar-se dotação atualizada.

O recebimento dos citados créditos, por uma UG, é denominado de provisão recebida e a partir dessa provisão teremos as despesas empenhadas (no exercício financeiro), depois as despesas liquidadas, ou seja, aquelas cujo serviço contratado foi prestado ou o objeto do empenho foi recebido pela administração da unidade favorecida, de forma regular, e, também, veremos as despesas pagas, que se caracteriza pela fase final deste ciclo.

No estudo em tela há, também, dados relativos as despesas em restos a pagar (RAP), pagos no exercício em análise. Tais despesas são aquelas que ocorreram em exercícios anteriores ao ano de seu pagamento e são amparadas pelo Art.92, da Lei 4.320/64 (BRASIL, 1964).

3. METODOLOGIA

A metodologia se define como o estudo dos métodos, segundo Matias-Pereira (2007), a finalidade desses métodos é ajudar o pesquisador a compreender o processo de investigação científica, que no presente artigo se reveste de um caráter qualitativo. Sendo assim, de acordo com o objetivo geral da pesquisa, enquadra-se, predominantemente, como uma pesquisa documental, mas também, descritiva.

“A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, a de estabelecer relações entre variáveis”. Beuren et al. (2013, p. 81)

E para Gil (2010), pesquisas descritivas são aquelas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de certa população ou amostra e, também, aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, ou seja, a pesquisa descritiva trabalha sobre dados ou fatos colhidos em um determinado ambiente ou situação. E para desenvolver a fundamentação teórica do presente trabalho, valeu-se, também, da pesquisa bibliográfica incluindo material impresso, como livros, jornais, periódicos, leis, normas, teses e dissertações.

Quanto aos procedimentos a presente pesquisa, também, pode ser classificada como um estudo de caso, tendo em vista que os esforços se concentraram em determinado objeto de estudo concreto na UnB.

É necessário também destacar a necessidade de verificar a afetação no custeio da Universidade, no período supracitado, por meio de dados extraídos dos diversos sistemas do Governo Federal como: Portal da Transparência, Siga Brasil, Portal de Compras do Governo Federal, Tesouro gerencial e a própria UNB.

Desta forma, foram feitas quantificações relativas aos dados de custo do aluno e calculado percentuais para o tratamento e análise dos dados. Esses dados são relativos as receitas, despesas, número de alunos matriculados e outras informações sobre orçamento da UnB necessários para embasar a pesquisa.

Especificamente com relação aos dados orçamentários, extraídos pelo Tesouro Gerencial e do Siga Brasil, utilizados nessa pesquisa, tais ferramentas integram em um único repositório as informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

(SIOP), Sistema de Elaboração da Lei Orçamentária (SELOR), Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV), além de dados de outros sistemas.

Com relação ao número de matrículas e informações acerca da gestão da UnB, de suas unidades orçamentárias e de suas unidades gestoras, a referida pesquisa valeu-se dos relatórios de gestão de 2017 a 2021, que facilitam a coleta desses dados e dão bastante segurança ao estudo.

Esses relatórios são apresentados ao Tribunal de Contas da União (TCU), órgão de Controle Externo, como meio de prestação de contas anual, conforme previsto na legislação vigente e são, também, disponibilizados à sociedade por meio do portal do DPO/UnB, na internet, a fim de atender ao princípio constitucional da publicidade. Desse modo constituem valiosa e fundamental fonte de informações para este artigo.

A dimensão temporal dos dados a serem analisados corresponde ao período dos exercícios financeiros de 2020 e 2021, período de ensino não presencial, em comparação com os últimos 3 (três) anos de regime de ensino presencial na universidade, triênio: 2017, 2018 e 2019.

Este corte temporal foi feito considerando que no ano de 2016 o Brasil viveu um ano atípico, devido ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, momento que teve reflexos negativos no orçamento e seguido de paralisações de aulas decorrentes de protestos, ou seja, foi considerado que o horizonte temporal estável e ideal para o estudo é a partir do ano 2017.

Os valores em análise foram atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a preços de dezembro de 2021, sobretudo os da despesa pública, ou seja, considerando a inflação acumulada no espaço temporal. Este índice é elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e foi escolhido por ser o índice utilizado pelo Banco Central do Brasil para definição e acompanhamento das metas anuais de inflação, sendo considerado o índice oficial de inflação no país.

A correção dos valores visa à obtenção de uma base comparável que possibilite ter uma noção da evolução dos gastos, pois com a correção o poder de compra se torna igualitário. A série do IPCA com frequência anual utilizada está disponível no sítio eletrônico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E para facilitar os cálculos referentes a correção da inflação foi utilizada a calculadora do Banco Central (BCB), no *site* daquela Instituição.

O comportamento das diferentes classes de gastos utilizadas, neste artigo, foi analisado com base em um estudo desenvolvido por Santos (2008), que trabalha com números-índices que permitem demonstrar a relação entre os valores da despesa de cada ano em relação ao período inicial em estudo, neste caso, o ano de 2017.

As razões são expressas em percentual, porém sem utilização do símbolo de percentagem, considerando o período base como 100% e os demais representando variações comparadas a esta base, conforme se verifica na fórmula abaixo:

$$N = \frac{Q_t}{Q(2017)} \times 100$$

Sendo:

- N = número índice
- Q_t = qualquer categoria de gasto ou quantidade analisado no ano t ; e
- $Q_{(2017)}$ = o gasto objeto da análise na posição base (2017 = 100)

O número índice indica a variação relativa no preço, na quantidade, ou no valor entre um ponto anterior no tempo (período-base) e o período corrente.

Sendo assim será feita a correlação entre os gastos totais das GND 1 – Pessoal e encargos sociais, a GND 3 – Outras despesas correntes e a GND 4 - Investimentos, por meio do montante de empenhos pagos nos exercícios financeiros com a quantidade de alunos matriculados na UnB nos períodos correspondentes (graduação, pós-graduação e residência), a fim de obtermos um indicador que demonstre objetivamente se houve redução de gastos significativos no período de ensino não-presencial.

Os outros grupos de natureza de despesa, ou seja, a GND 2 – Juros e encargos da dívida, a GND 5 – Inversões financeiras e a GND 6 - Amortização da dívida não foram utilizados na coleta de dados, porque não se aplicam no objeto de estudo. A pesquisa utilizou, também, comentários e interpretações expostas em livros e artigos que tratam do assunto, bem como legislações, normas e relatórios emitidos e/ou utilizados pela UnB.

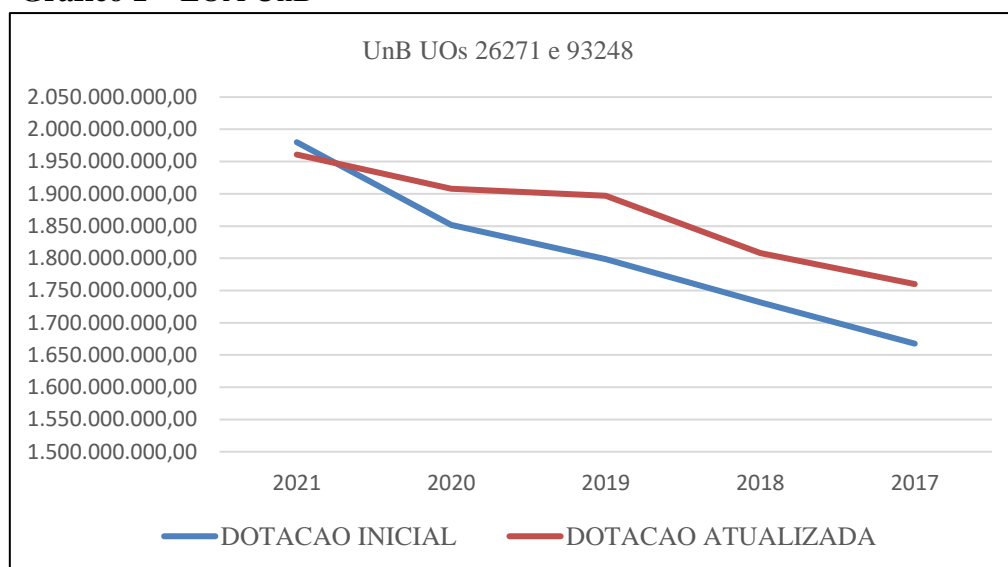
4. ANÁLISES E RESULTADOS

Para atingir o objetivo do estudo em tela é necessário, então, analisar os dados referentes a gestão do orçamento público da UnB.

Sendo assim, inicialmente é preciso verificar os montantes de crédito orçamentário previstos na LOA aprovada em cada exercício financeiro de interesse no artigo, por meio de dotações, a fim de verificar o nível de afetação no orçamento da Universidade de Brasília, tendo em vista que houve cortes no MEC.

A seguir, no gráfico 1, podemos observar que o quantitativo total aprovado pelo Congresso Nacional considerando as duas unidades orçamentárias que atendem a Universidade de Brasília, apresenta um crescimento de 2017 a 2021, tanto na dotação inicial, quanto na dotação atualizada, das duas unidades orçamentárias da Universidade, a 26271 – fundação UnB e a 93248 - Recursos sob supervisão da Universidade de Brasília, neste caso, sem considerar a desvalorização inflacionária.

Gráfico 1 – LOA UnB



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIGA Brasil (2022)

Desta forma, o Gráfico 1 expõe claramente, com valores em bilhões de reais, o comportamento da LOA total da UnB envolvendo suas 02 (duas) UOs e, conseqüentemente, retratando os recursos que serão gerenciados por todas as suas unidades executoras: a Fundação UnB, a Editora UnB, o Cespe, o HUB e o CDT.

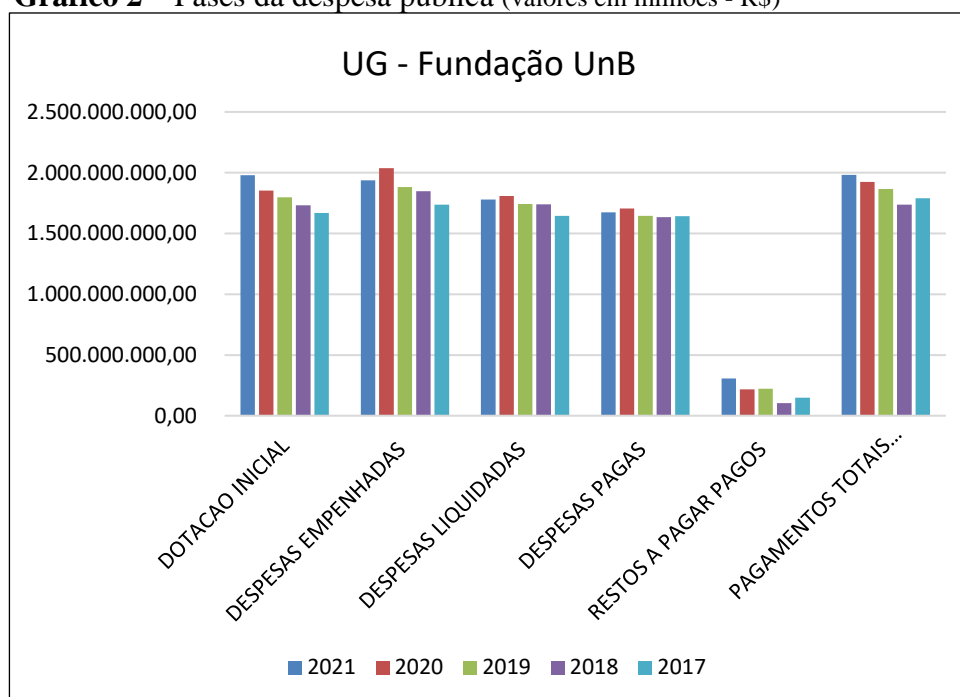
O citado gráfico demonstra que, de modo geral, os cortes orçamentários decorrentes das ações de combate a Pandemia da COVID-19 não afetaram de maneira significativa a LOA da UnB como um todo.

É preciso salientar que a UnB possui recursos próprios, porém estes recursos financeiros necessitam de crédito orçamentário para ser empregado, sendo assim, o que

foi disponibilizado está computado nas dotações apresentadas, podendo ter ocorrido talvez cortes em ações dentro da LOA, porém no quantitativo total o resultado é de crescimento.

No Gráfico 2, a seguir, são apresentados os números relativos as fases da despesa pública, durante o corte temporal do estudo, porém, agora, descendo o escalão para o âmbito da unidade gestora executora 154040 - Fundação Universidade de Brasília, pois é a UG que gerencia os recursos ligados diretamente as atividades de aula envolvendo o corpo discente e docente. Portanto, relacionada com a questão da presença do aluno na Universidade de Brasília e os custos decorrentes dos regimes de ensino em questão.

Gráfico 2 – Fases da despesa pública (valores em milhões - R\$)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tesouro Gerencial (2022).

É possível notar, ainda, que conforme o Gráfico 2, com valores a partir de milhões de reais, o recebimento da dotação orçamentária vem apresentando um comportamento crescente desde 2017, já nas fases do empenho da despesa, da liquidação e do pagamento observamos uma ligeira queda de 2020 para 2021.

Os restos a pagar pagos no exercício se comportam de maneira semelhante a dotação, ou seja, em um movimento de crescimento, o que demonstra que os recursos financeiros repassados para pagamento de compromissos passados, também, não foram afetados por cortes governamentais e influenciam os pagamentos totais realizados nos exercícios financeiros do escopo em análise.

Em seguida, na Tabela 1, podemos verificar o comportamento dos grupos de despesa que mais se relacionam com o funcionamento do *campus*: GND 4 – investimentos, GND 3 – despesas correntes (custeio) e GND 1 – gastos com pessoal. Cabe ressaltar, que os gastos nas GNDs estão baseados nas despesas pagas durante os exercícios financeiros, pois representam o quantitativo do ciclo completo da despesa no ano em análise.

Sendo assim, é possível observar que a GND 3 é a que apresenta maior queda a partir de 2020. A GND 1 se manteve praticamente estável, apresentando ligeiro aumento, o que denota indícios que não houve demissões e, ainda, a GND 4, que demonstra os investimentos, apresentou um cenário de declínio até 2019 e crescimento a partir de 2020.

Tabela 1 – Despesas da UG 154040 Fundação UnB (valores em R\$)

Despesas	2021	2020	2019	2018	2017
GND 4 (milhões)	8.441	7.422	5.235	7.600	9.349
GND 3 (milhões)	170.672	226.293	193.338	247.723	227.647
GND 1 (Bilhões)	1.495.080	1.472.688	1.445.582	1.377.839	1.404.920
TOTAL	1.674.194	1.706.405	1.644.156	1.633.163	1.641.916

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tesouro Gerencial (2022).

Agora serão observados esses mesmos gastos, porém com a correção da inflação equiparando a preços de 2021, conforme a Tabela 2, a fim de colocar o orçamento de 2017 a 2020 em um mesmo patamar inflacionário (iluminado).

Tabela 2 – Despesas UG 154040 Fundação UnB (corrigida pelo IPCA)

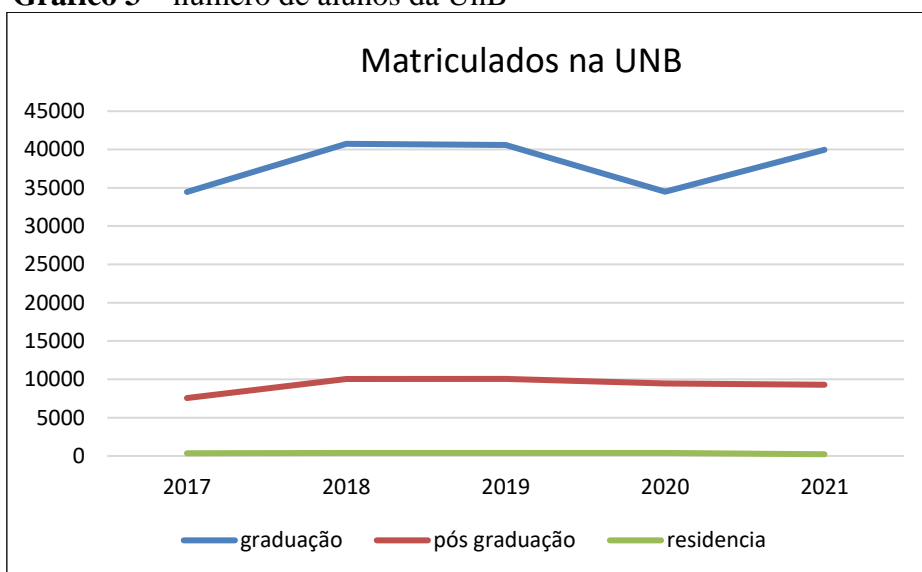
Despesas	2021	2020	2019	2018	2017
GND 4 (milhões)	8.441	8.279	6.091	9.132	11.688
GND 3 (milhões)	170.672	29.329	224.959	297.679	284.622
GND 1 (Bilhões)	1.495.080	1.642.737	1.682.018	1.655.697	1.756.543
TOTAL	1.674.194	1.680.345	1.913.068	1.962.508	2.052.853

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tesouro Gerencial (2022). Valores corrigidos pelo IPCA a preços de dezembro de 2021.

Para aprofundar a análise, baseada no objetivo em tela, foi coletado junto aos relatórios de gestão da UnB, disponíveis no *site* do DPO/UnB, o número de alunos matriculados (graduação, pós-graduação e residência), no período em análise, a fim de termos parâmetros do impacto das despesas em relação aos alunos que cursaram a Universidade no período em estudo.

É possível observar uma queda no número de alunos matriculados na graduação e pós-graduação, em 2020, provavelmente devido a pandemia que obrigou a paralisação das aulas durante o primeiro semestre daquele ano. Já sobre os alunos da residência há um comportamento estável, como está representado pelo Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 – número de alunos da UnB



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do DPO/UnB (2022).

Para melhor entender o impacto das despesas com relação a quantidade de alunos matriculados foi feito um comparativo utilizando números índices baseados no primeiro ano do período em análise, 2017, conforme a seguir:

Tabela 3 – Despesas executadas x Alunos da UnB matriculados

Período	2017	2018	2019	2020	2021
Executado (em bilhões R\$)	2.052.853	1.962.508	1.913.068	1.680.345	1.674.194
Número índice	100	95,60	93,19	81,85	81,55
Alunos matriculados	42393	51162	51032	44330	49458
Número índice	100	120,69	120,38	104,57	116,67
Gasto unitário	48,42	38,36	37,49	37,91	33,85
Número índice	100	79,21	77,41	78,28	69,90

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tesouro Gerencial (2022) e Relatórios de Gestão da UnB – DPO (2022)

* Valores corrigidos pelo IPCA a preços de dezembro de 2021

Ao analisar os números índices da Tabela 3, é possível perceber um decréscimo significativo na execução orçamentária da UnB, sobretudo no biênio não-presencial 2020-2021, assim como no gasto unitário (razão entre o gasto total executado e o número

de alunos matriculados), em relação ao ano base do triênio presencial 2017-2018-2019, que é o primeiro ano (2017), como foi convencionado na metodologia.

O número índice demonstra um decréscimo que chega a 30,1%, em 2021, se comparado a 2017. Este resultado indica uma redução de gasto significativa na despesa pública da UnB, no período não presencial e, ainda, que tal redução foi influenciada, principalmente, pelas despesas correntes, ou seja, GND 3, pois a GND 4 cresceu e a GND 1 se manteve estável nesse período.

Com base nos resultados observados até o momento surge a necessidade de aprofundar a pesquisa nos gastos da GND 3 do período em estudo, a fim de tentar compreender a natureza dos custos que mais contribuíram para a redução observada.

É possível observar na Tabela 4, a seguir, as principais naturezas de despesas que influíram nos gastos da Universidade de Brasília durante o período em análise, demonstrando um declínio sobretudo no biênio 2020-2021 no que compete aos três exercícios anteriores (fase presencial).

Cabe destacar, por exemplo, as despesas como diárias de pessoal civil, ND 339014, que apresentou redução de cerca de 37 % se compararmos 2021 com 2019 e, ainda, despesas com passagens e locomoção, ND 339033, cuja redução do gasto foi expressiva, da ordem de 98%, também na comparação de 2021 e 2019, além de outras reduções de despesas que contribuíram de maneira relevante para a diminuição do gasto orçamentário no período da Pandemia como a ND 339036 - Locação de mão de obra e a ND 339037 - Outros serviços de terceiros. É possível, ainda, observar que tais despesas guardam bastante relação com a presença de alunos e professores no *campus* e/ou eventos, serviços e programações acadêmicas, aspecto que é um diferencial entre os dois regimes de ensino.

O gasto com contratação de serviços e, principalmente, energia elétrica também foi reduzido, contudo não está explícito na Tabela 4, pois é um dentre vários elementos da despesa embutidos na ND 339039, Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica (PJ), que abarcam diversos tipos de gastos com contratações relacionadas com o funcionamento da UnB, porém nem todos esses elementos sofreram reduções significativas, pois não estão ligados diretamente ao fator de presença na Universidade.

Desta forma, a citada ND não apresentou uma redução tão grande quanto as demais, contudo também contribuiu, pois no ano de 2021, apresentou quantitativo de gastos bem menores em comparação com os quatro anos anteriores, conforme a seguir:

Tabela 4 – Natureza de despesa (ND) das Unidades Gestoras da UnB

Ano	2021	2020	2019	2018	2017
319004 Contratação p/Tempo Determinado	16.078.154,31	17.460.975,77	18.743.068,94	14.554.050,24	13.753.504,73
339004 Contratação p/Tempo Determinado	879.527,65	1.111.930,98	1.397.511,30	1.234.372,39	1.242.553,34
339014 Diárias Pessoal Civil	206.157,82	136.021,51	2.828.984,21	2.993.894,62	2.537.391,73
339033 Passagens e Despesas Com Locomoção	63.087,20	1.463.396,89	4.834.220,61	5.687.180,96	6.941.478,46
339036 Locação De Mão-de- obra	4.853.485,38	7.250.216,74	8.230.690,06	10.422.013,22	17.253.047,15
339037 Outros Serviços De Terceiros - PJ	50.606.687,10	64.459.471,23	66.246.686,28	90.033.388,31	73.214.969,89
339039 Outros Serviços De Terceiros - PJ	55.640.129,42	99.977.500,64	60.751.187,26	80.776.764,99	67.548.556,06
339049 Pensões Especiais	666.198,66	2.266.964,15	3.552.489,29	3.417.826,67	3.187.437,46
339036 Locação De Mão-de- obra	1.672.534,93	2.219.454,34	3.387.093,32	6.471.923,82	13.647.434,23
339037 Outros Serviços De Terceiros - PJ	28.028.625,88	34.479.017,09	42.977.188,99	71.632.414,15	71.539.444,84
339049 Pensões Especiais	613.915,58	2.203.172,96	3.254.758,30	3.138.301,82	3.187.437,46
339147 Despesas de Exercícios Anteriores	1.871.523,87	5.635.457,21	6.642.403,36	7.581.099,16	3.259.340,29

ND

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tesouro Gerencial (2022)

Já na Tabela 5 é possível notar um aumento exponencial nos gastos com Tecnologia da Informação (TI), contratações que foram fundamentais para manter as aulas síncronas e assíncronas que estabeleceram a comunicação em plataformas entre alunos e professores durante o período pandêmico.

Sendo assim, quando é feita a comparação dos gastos da ND 339040, Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, é possível notar um aumento de cerca de 46%, de 2020 em relação à 2019 e, ainda, um aumento extremamente significativo de 94%, na ND 449040, também com Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, no mesmo ano, porém esses serviços, agora, são relacionados à investimentos na área de TI o que demonstra que a Universidade de Brasília teve que se adequar para atender ao novo regime de ensino.

Além dos gastos em TI houve um crescimento de auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores:

Tabela 5 – Natureza da Despesa (ND) das Unidades Gestoras da UnB

Ano		2021	2020	2019	2018	2017
ND	339018 Auxílio Financeiro a Estudantes	55.672.321,38	50.739.095,00	38.848.456,70	33.363.702,91	25.425.716,14
	339020 Auxílio Financeiro a Pesquisadores	14.015.938,02	8.500.971,00	5.941.920,38	3.089.804,90	4.486.742,64
	339040 Serviços de Tecnologia Da Informação e Comunicação - PJ	114.985.976,60	230.921.025,57	124.372.999,72	132.794.192,96	108.126.614,15
	449040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	5.543.204,73	11.788.556,36	596.248,61	425.924,44	1.068.324,56

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tesouro Gerencial (2022)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar os efeitos das alterações orçamentárias na UnB, sobretudo nos anos de 2020 e 2021, sejam eles positivos ou negativos, em comparação com o triênio anterior, a fim de entender as consequências da adoção do regime de ensino não-presencial para o orçamento público da Universidade, tendo em vista a Pandemia da COVID-19.

Sendo assim, foi feita análise de dados orçamentários, a fim de responder os questionamentos feitos acerca do objetivo do trabalho e, então, foi verificado o impacto do regime de ensino 100% à distância no custeio da Universidade, tendo como referência o custo com o aluno, antes e durante a Pandemia.

Durante a análise dos dados no presente artigo foi evidenciada a tendência de decréscimo das despesas da unidade gestora Fundação UnB (154040), com relação ao número de alunos matriculados, em comparação com o ano base do triênio presencial 2017-2019, por meio da metodologia do número índice e, então, foi obtida a variação, que mostrou-se significativa, pois o custo com o aluno chegou a ser 30,1% mais econômico em 2021.

Despesas como diárias de pessoal civil, ND 339014, apresentaram redução de cerca de 37 % se compararmos 2021 com 2019 e, ainda, despesas com passagens e locomoção, ND 339033, teve redução do gasto expressiva, da ordem de 98%, também no mesmo período, além de outras reduções de despesas que contribuíram de maneira relevante para a diminuição do gasto orçamentário no período da Pandemia.

Cabe ressaltar que essa economia poderia ter sido ainda maior, caso a Universidade de Brasília já tivesse uma estrutura de Tecnologia da Informação adequada para aderir ao ensino não-presencial, antes da Pandemia, porém foi verificado que não tinha, pois os gastos com TI aumentaram substancialmente no biênio 2020-2021, pois houve um aumento de cerca de 46%, de 2020 em relação à 2019, na ND 339040, Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, e um aumento extremamente significativo de 94%, na ND 449040, também, com serviços de TI, no mesmo ano, porém estes últimos são considerados investimentos como é possível observar pela classificação de despesa pública.

Para responder a mais um questionamento relacionado ao objetivo deste trabalho foi possível avaliar, do ponto de vista orçamentário, também, o reflexo de retorno do regime presencial com um todo, corpo discente e docente.

Em mais essa análise foi possível inferir que o orçamento da UnB em geral, pode ter sofrido cortes em ações orçamentárias pontuais, além de perdas inflacionárias ao longo do período, contudo como um todo a dotação orçamentária na LOA apresentou crescimento no horizonte temporal analisado e, também, no âmbito da unidade gestora executora 154040 - Fundação Universidade de Brasília, UG que gerencia os recursos ligados diretamente as atividades de aula envolvendo o corpo discente e docente, onde foi possível constatar o mesmo comportamento da dotação orçamentária.

Desta forma é possível afirmar que a UnB teria condições de retornar ao ensino presencial com todo corpo discente e docente, possivelmente necessitando de ajustes administrativos entre ações orçamentárias, a fim de equilibrar os custos e fazer frente aos gastos presenciais, que se mostraram realmente maiores que no ensino à distância, porém os cortes na pasta da Educação, durante o período, não atingiram a Universidade de Brasília de forma comprometedor, como os dados demonstraram.

Os dois regimes de ensino: presencial e não-presencial apresentam fatores positivos e negativos para o funcionamento e atividades da UnB, porém em relação ao orça-

mento público o regime de ensino não-presencial apresenta custos menores em sua totalidade, sendo o fator presença comprovadamente mais custoso em relação a custos variáveis e não em relação a capacidade instalada, porém é sabido que não é só o fator orçamentário que é levado em consideração no momento da Universidade optar pela adesão a determinado regime. Como fator negativo é possível perceber que o regime de ensino à distância exige uma estrutura de TI que tem custos elevados de manutenção e investimento e que exigiram adequação da UnB.

Desta forma, o presente artigo demonstrou que o regime à distância pode ser utilizado como alternativa para diminuir custos da Universidade de Brasília, podendo ser ferramenta para aumentar o número de disciplinas nessa modalidade, a fim de balancear despesas futuras, caso a Administração da UnB queira adotar tal procedimento.

Com vistas a aprofundar o estudo aqui iniciado é possível sugerir a outros pesquisadores a continuidade da investigação do orçamento público da UnB, podendo analisar a afetação das ações orçamentárias durante a Pandemia, a eficiência do gasto público, além de outros fatores que influenciam a adoção do regime não-presencial na formação acadêmica, podendo ser ampliado a pesquisa em torno do tema.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Aprovado o decreto que coloca o País em estado de calamidade pública. 18 mar 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/646493-APROVADO-O-DECRETO-QUE-COLOCA-O-PAIS-EM-ESTADO-DE-CALAMIDADE-PUBLICA> Acesso em: 1º maio de 2022;

BEUREN, Ilse Maria. LONGARAY, André Andrade. RAUPP, Fabiano Maury. SOUSA, Marco Aurélio Batista de. COLAUTO, Romualdo Douglas. PORTON, Rosimere Alves de Bona. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 3. ed. 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013;

BRASIL. Lei 14.040/2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114040.htm Acesso em: 5 maio 2022;

BRASIL. Ministério da Educação (2020). Saiba quais as ações o MEC está realizando para o enfrentamento ao corona-vírus, Brasília, 08. abr.2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/04/saiba-quais-acoes-o-mec-esta-realizando-para-enfrentamento-ao-coronavirus>. Acesso em: 5 maio 2022;

BRASIL. Lei nº 4.320/1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanço da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 5 de maio 2022;

DAC/UnB, Diretoria de Desenvolvimento Social da Universidade de Brasília. Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 117/2020. Disponível em: http://www.dds.dac.unb.br/images/resolucoes/SEI_UnB_-_6136034_-_Resoluo.pdf Acesso em: 1º maio 2022;

DECANATO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – DPO-UnB. Relatório de Gestão da UnB 2021. Disponível em: http://www.dpo.unb.br/images/dpl/2021/Relatrio_de_Gesto_UnB_2021.pdf Acesso em: 2 jun 2022;

DECANATO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – DPO-UnB. Relatório de Gestão da UnB 2020. Disponível em: http://www.dpo.unb.br/images/dpl/Relatrio_de_Gesto_2020.pdf Acesso em 2 jun 2022;

DECANATO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – DPO-UnB. Relatório de Gestão da UnB 2019. Disponível em: https://www.dpo.unb.br/images/dpl/PUB_RG2019_310820_v1_aprovadoCAD.pdf Acesso em 2 jun 2022;

DECANATO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – DPO-UnB. Relatório de Gestão da UnB 2018. Disponível em: https://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao/2018/Relatrio_de_Gesto_UnB_2018.pdf Acesso em 2 jun 2022;

DECANATO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – DPO-UnB. Relatório de Gestão da UnB 2017. Disponível em: <https://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao/Relatrio-de-Gesto---2017.pdf> Acesso em 2 jun 2022;

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. 11. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008;

JORNAL BBC News Brasil. Covid-19: Brasil registra 55 mortes e 10,6 mil novos casos da doença em 24 horas. 2 mar 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51713943> Acesso em: 10 maio 2022;

PASCUTTI, Ana Carolina Gregghi. Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2021. O uso de créditos extraordinários destinados ao combate da Covid-19 no Ano de 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/71145/Ana%20Carolina%20Gregghi%20Pascutti.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em : 8 ago 2022;

SINDICATO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – ADUF-SINDICATO. Corte de 19,8 bilhões na Educação e redução drástica do fomento à pesquisa no orçamento de 2020. 31 jan 2020 Disponível em: <http://adufc.org.br/2020/01/31/corte-de-198-bilhoes-na-educacao-e-reducao-drastica-do-fomento-a-pesquisa-no-orcamento-de-2020/> Acesso em : 5 maio 2022;

SANTOS, Antônio Carlos dos. Gastos Públicos no Brasil: evidenciação da dinâmica dos gastos correntes federais no período de 1995 a 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Brasília, 2008; e

VIRGINIO. Alexandre Silva. Educação, Desigualdade e Covid-19. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/educacao-desigualdade-e-Covid-19>. Acesso em: 02 maio 2022.